

## Resenha

**Livro: Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade.** Florianópolis: Editora Insular, 2015.

Organizadora: Maria de Fátima Costa de Paula. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFF (NEPES/UFF) e Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq).

Martha D'Angelo Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

O interesse dos pesquisadores pela obra de Michel Foucault no meio acadêmico brasileiro teve um crescimento expressivo nos últimos vinte anos. Na área da educação, os estudos da Professora Maria de Fátima Costa de Paula se destacam pela densidade conceitual e amplitude da abordagem. A coletânea *Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade*, organizada por ela, oferece mais uma contribuição importante para o debate de questões atuais da educação e o estudo da obra de Foucault. O livro reúne estudos, concluídos e em andamento, de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), coordenado pela Prof. Maria de Fátima, e do Grupo de Pesquisa História da Educação e Ensino de História: saberes e práticas (GRUPHESP), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

A coletânea está dividida em duas partes, a primeira, intitulada “Controle e Avaliação da Educação”, é composta de oito capítulos. O primeiro, “Poder e verdade: teias que tecem sujeitos”, de autoria de Arlette Gasparello e Andrea Pierre dos Reis, analisa as conexões entre os saberes, os dispositivos, as formas de subjetivação e o papel da *resistência*, entendendo estes conceitos nos termos definidos por Foucault. No segundo capítulo, Cristiane Moura Lopes e Simone Evangelista mostram, no texto “Avaliação externa: instrumentos de saber-poder e controle social”, como se realizam as conexões entre a produção de ‘verdades’ nos processos de avaliação de conhecimento e as formas de controle social. O artigo expõe os mecanismos de classificação e hierarquização inerentes aos instrumentos de avaliação institucionais, indicando com precisão seus efeitos mais problemáticos.

No capítulo três, Marilene Sinder escreve sobre “A internacionalização da política de avaliação da educação superior no Brasil”, destacando o alcance das pressões externas de organizações como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na redução da autonomia dos educadores e elaboração de políticas públicas. No capítulo quatro, Simone Torres Evangelista revela, em “O controle do trabalho docente no ensino fundamental e superior público: repercussões da política de avaliação”, os efeitos da política de avaliação brasileira, intensificada a partir de meados de 1990, sobre o trabalho docente. A autora conclui que o Estado, por meio da implementação das avaliações em larga escala, assim como da exigência do cumprimento de metas de produtividade em nível institucional ou individual, consegue controlar de forma cada vez mais refinada a atividade dos professores.

No texto “Política de controle do trabalho intelectual na pós-graduação”, Maria de Fátima Costa de Paula e Robson Sueth problematizam os critérios de avaliação adotados pela CAPES e pelo CNPq nos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* e discutem os seus efeitos sobre a subjetividade do professor, em especial dos que atuam

na área da educação. A partir dos conceitos de *sociedade disciplinar*, de Foucault, e *sociedade de controle*, de Deleuze, os autores expõem as tecnologias de controle utilizadas e propõem como alternativas “focos de resistência e de práticas políticas cotidianas de democratização da universidade.”

Observando a questão do controle de outro lugar, Mariza Alves Braga e Maria de Fátima Costa de Paula discutem “O controle do trabalho docente na educação superior privada”, revelando as estratégias de controle sobre o trabalho docente numa das maiores instituições de educação superior privada do Brasil. Mostram como se realiza o processo de assujeitamento do professor e sua perda de autonomia por meio de um funcionamento administrativo que “re-atualiza o modelo do panóptico descrito por Foucault.”

No capítulo “Política e poder na educação superior: a subalternidade da extensão e da cultura na universidade”, Patricia Maneschky Duarte da Costa focaliza as hierarquias e dicotomias entre pesquisa, ensino e extensão, analisando os papéis fundamentais desempenhados por esse tripé na universidade. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inscrita na Lei 5.540, que instituiu a Reforma Universitária no Brasil em 1968, tem sido fortemente ameaçada pelas novas políticas para a educação superior colocadas em prática a partir dos anos 1990. Sobretudo a partir dessa década, a pesquisa passou a ser mais valorizada do que o ensino e a extensão porque produz resultados e produtos mais valorizados pelas agências de avaliação e fomento da educação superior.

Fechando a primeira parte da coletânea, Maria de Fátima Costa de Paula, Mônica de Souza Houry e Andreia Gomes da Cruz problematizam, em “Políticas de inclusão na educação superior brasileira: os lugares possíveis dos sujeitos numa sociedade estratificada”, as políticas de inclusão na educação superior, demonstrando, por meio de estatísticas do MEC e de revisão bibliográfica, que, apesar do número de ingressantes ter aumentado na educação superior, em decorrência das políticas de expansão implementadas no Governo Lula, tem havido uma diminuição percentual significativa dos concluintes e um incremento do índice de evasão nos cursos superiores de graduação no Brasil. Refletindo sobre o aparente paradoxo de aumento de ingressantes e diminuição dos concluintes, as autoras consideram que, para um efetivo rompimento com a velha lógica que “garante o controle dos lugares possíveis dos sujeitos numa sociedade fortemente estratificada”, é preciso que se construa uma “inclusão verdadeiramente democrática”, capaz de permitir a mobilidade social.

A segunda parte do livro, com seis capítulos sob a rubrica “Estratégias Educacionais de Controle e Produção de Subjetividades”, começa com o texto “Disciplina ou cuidado de si”, de Lia Guarino. Trata-se de um estudo sobre a obra de Foucault, que situa a nossa subjetividade como produto histórico de um sistema disciplinar que visa essencialmente produzir corpos dóceis e subjetividades passivas. A autora considera que a análise genealógica de Foucault pode cumprir o papel de uma verdadeira “contra-educação” ao estimular um trabalho de pensamento que auxilia os educadores na crítica aos vícios gerados pela máquina-escola. Neste sentido, a contra-educação seria exercício de libertação.

No capítulo “As políticas públicas para a educação infantil e a produção de subjetividades”, Marcia Nico Evangelista e Virgínia Georg Schindhelm discutem as políticas públicas de educação infantil na atualidade e seus impactos nas instituições escolares. As autoras partem de narrativas de crianças e educadores, colhidas através de pesquisa de campo em duas escolas do Estado do Rio de Janeiro, para chegar ao conhecimento das concepções e práticas existentes sobre gênero e sexualidade infantil. Dialogando com Foucault, Guattari e Suely Rolnik, entre outros, o texto instiga o leitor a

pensar a reinvenção da escola, da educação e da própria sociedade.

Abordando o problema da violência nas escolas, Marília Etienne Arreguy e Girlane Andrade analisam, em “Políticas do medo: a presença de policiais militares nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro”, o impacto das políticas de segurança implementadas desde 2012 nas escolas públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de entrevistas com profissionais das escolas, as autoras discutem a lógica inerente à opção de inserir policiais militares dentro das escolas, que, a pretexto de garantir a segurança, “criminaliza, pune e controla os segmentos sociais desfavorecidos”. Agindo sem considerar as desigualdades econômicas e sociais que geram a violência, o Estado instaura “as políticas do medo” como forma de controle social.

Abordando o problema da segurança por outro prisma, em “A emergência dos discursos educacionais na política de segurança do governo do Rio de Janeiro”, Sharon Varjão Will analisa o discurso de prevenção ao crime utilizado pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em projetos socioeducativos para crianças e jovens de favelas cariocas na gestão do governador Sérgio Cabral. Após um cuidadoso levantamento das matérias sobre o tema publicadas pelo jornal *O Globo* no período de 2007 a 2010, a autora chama a atenção para “a naturalização do discurso da educação como arma no combate à criminalidade, permeado pela concepção de que as crianças e jovens moradores de favelas e periferias são sujeitos inclinados ao crime”. A desconstrução desse discurso preconceituoso assume um caráter crítico-propositivo na afirmação: “fica claro que a preocupação com a criminalidade, da forma como vem sendo produzida, não incide sobre as questões de fundo. Torna-se fundamental considerar que qualquer discussão neste sentido impõe, necessariamente, repensar o próprio sistema educacional, socioeconômico e político que produz a criminalidade.”

Em parceria com Anita Rink, Sharon Varjão Will analisa “O grafite como movimento de resistência e sua captura pelas tecnologias educacionais”. Partindo de entrevistas com grafiteiros de Niterói e São Gonçalo e da análise de projetos educativos que usam o grafite e a arte urbana nas suas “práticas pedagógicas”, as autoras discutem a potência do grafite como dispositivo de resistência e analisam a tentativa de sua apropriação em projetos educativos que visam a inclusão dos jovens na lógica do sistema.

No último capítulo, intitulado “Por trás do adolescente infrator: desconstruindo verdades acerca da reincidência”, Marcos Macedo e Maria de Fátima Costa de Paula apresentam os principais resultados de uma pesquisa de mestrado, aprovada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF em 2013, dedicada ao estudo da instituição socioeducativa Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), situado na cidade de Nova Friburgo. A pesquisa mostra que a instituição disciplinar pesquisada, por não oferecer escolarização nem profissionalização aos adolescentes, acaba funcionando como centro de detenção. Não cumprindo sua função educativa, ela leva o adolescente à reincidência em ato infracional.

A partir dessa breve exposição, podemos perceber a atualidade e a diversidade das questões abordadas no livro. A multiplicidade de temas tratados, o rigor conceitual, e as mediações entre o teórico e o empírico nas pesquisas apresentadas certamente vão estimular a produção de novos estudos acadêmicos e inspirar a construção de práticas educativas capazes de responder aos desafios de nossa época.